



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PODER LEGISLATIVO

Gabinete da Vereadora Márcia Socorristas Animais

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

6312

GABVERM/CMPV/2022

A Vereadora que a este subscreve, com fulcro no art. 49, § 3º, da LOM e art. 118, inciso II², e art. 127 ³ do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer que, após a tramitação regimental, seja encaminhado à Secretaria Geral de Governo (SGG) projeto de lei nos moldes em anexo:

Autoriza o Executivo Municipal a Implantar no Parque Natural o Centro de Acolhimento, Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres retirados do âmbito urbano do Município de Porto Velho, e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

Senhor Secretário Geral de Governo:

Este Anteprojeto busca assegurar através da instalação de Centro de Acolhimento de animais silvestres o correto equilíbrio ambiental, o espaço assegurará a exemplo os cuidados com os animais regatados do eixo urbano, dando-lhes a oportunidade de após aptos, serem reintroduzidos ao ecossistema local.

Assim imperioso se faz que o poder público municipal, em caráter de urgência, providencie o acima mencionado, contando desde já com o apoio dessa ilustre Casa a essa iniciativa, por oportuno renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

Marcia Socorristas Animais

Vereadora Progressistas

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2022.

(1) "Art.49-....."

(...) §3º. Os pedidos de providencias enviados pelos Vereadores ao Prefeito, aos Secretários Municipais, deverão ser respondidos no prazo máximo de 20 dias, informando acerca do atendimento ou não das providências solicitadas, importando crime de responsabilidade nos termos da Lei, a ausência de resposta no prazo mencionado"

(2) "Art.118. as proposições consistirão em:

(3)"Art. 127. Pedido de providencias é uma forma mais direta e objetiva de se reivindicar dos órgãos públicos municipais providencias para a solução imediata de determinados problemas que dizem respeito `ação de setores da área municipal".



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PODER LEGISLATIVO

Gabinete da Vereadora Márcia Socorristas Animais

ANTEPROJETO DE LEI N. 15 GVERMS/CMPV/2022.

EMENTA: Autoriza o Executivo Municipal a Implantar no Parque Natural o Centro de Acolhimento, Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres retirados do âmbito urbano do Município de Porto Velho, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho:

Art. 1º Fica o Executivo autorizado a implantar na área inserida no Parque Natural de Porto Velho, o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS);

Parágrafo Único. O CETAS fica sob a subordinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA;

Art. 2º Fica o Centro de Animais Silvestres (CETAS) e o (CRAS) responsável por receber, os animais silvestres recolhidos no perímetro urbano, àqueles entregues pela população em caráter espontâneo ou aqueles aprendidos pelos órgãos competentes; acompanhando-os até sua pronta recuperação e posterior reintrodução ao ecossistema quando for o caso.

Parágrafo Único. O CETAS deverá respeitar, na destinação dos animais, as prioridades de: reabilitação, soltura, encaminhamento para entidades devidamente autorizadas, realizando o levantamento bibliográfico das espécies animais atendidas;

Art. 4º O CETAS e o CRAS devem possuir estrutura física adequada e corpo técnico especializado, atendendo a todos os critérios estabelecidos pela Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes;

Art. 5º Fica a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, autorizada a firmar convênios com entidades ambientalistas nacionais e internacionais, com órgãos como IBAMA, **SEDAM**, outros de reconhecido conhecimento técnico no assunto, no sentido de desenvolver projetos pertinentes às atividades executadas pelos CETAS;

Art. 6º O executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação;

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário;

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Velho, 21 de novembro de 2022.

MÁRCIA SOCORRISTAS ANIMAIS
Vereadora – Partido Progressistas/PP



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PODER LEGISLATIVO

Gabinete da Vereadora Márcia Socorristas Animais

JUSTIFICATIVA

A fauna é patrimônio para a humanidade nos aspectos ecológicos, científicos, econômicos e culturais, tendo sua importância ambiental objetivada na estruturação, manutenção e equilíbrio ecológico dos ecossistemas (VIDOLIN et al., 2004);

O Brasil abriga a maior biodiversidade de fauna do planeta, esta abundante variedade de vida traduz mais de 20% do número total de espécies da Terra, o que coloca o Brasil ao posto de principal nação entre os 17 países que mais abrigam a diversidade de fauna (MMA, 2013);

Com o advento dos processos de urbanização, as cidades tomam forma através da edificação de moradias, traçados que requerem cada vez mais espaços verdes para manter sua funcionalidade social e econômica, a consequência deste processo de urbanização acelerada é o desmatamento e a redução de espaços verdes que antes abrigavam a fauna local;

A destruição de habitats seguros para os animais silvestres pode comprometer sua permanência no planeta terra, pois muitas espécies locais entram em extinção, inclusive pela consequente invasão desses animais ao espaço urbano, em busca de refúgio e alimento.

Quando os animais silvestres saem em busca de alimentos, o trânsito e os fios elétricos podem ser um dos maiores obstáculos, por isso torna-se cada vez mais comum encontrarmos animais silvestres nas zonas urbanas, mas o que fazer quando nos deparmos com um animal silvestre em espaços públicos ou residências, qual ente público fará o serviço de resgate do animal para mantê-lo seguro de ataques, por exemplo: Essa inquietação advinda do seio popular chegou a esta Comissão de Meio Ambiente e Proteção Animal, que tem como objetivo principal adotar estratégias legais em consonância com o ente público e a sociedade.

O projeto de lei ora apresentado busca assegurar através da instalação de um CETAS o correto equilíbrio ambiental o espaço assegurará a exemplo os cuidados com os animais regatados do eixo urbano, dando-lhes a oportunidade após aptos a sua reintrodução no ecossistema local.

Câmara Municipal de Porto Velho, 24 de novembro de 2022.

MÁRCIA SOCORRISTAS ANIMAIS
Vereadora – Partido Progressistas/PP